

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.112 - SP (2019/0121699-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ARNALDO CAMPOS DE BRITO**  
**ADVOGADOS : MARA DE OLIVEIRA BRANT - SP260525**  
**SIMONE APARIZI GIMENES - SP259910**  
**AGRAVADO : VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS**  
**AUTOMOTORES LTDA**  
**ADVOGADOS : ADRIANA MALDONADO DALMAS EULALIO E OUTRO(S) -**  
**SP136791**  
**ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA - MG086844**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ARNALDO CAMPOS DE BRITO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre apresentado fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Cumprimento de sentença. Apuração de mensalidade de plano de saúde na hipótese do art. 30 da Lei n 9656/98. Antigo plano de autogestão da Volkswagen que foi encerrado, com anuência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Migração de funcionários ativos e inativos para a Bradesco Medservice. Execução para encontro do valor da mensalidade no plano encerrado que perdeu o objeto. Não ferimento à coisa julgada. Extinção da execução bem determinada pela r. sentença. Jurisprudência deste TJSP. Recurso improvido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 31 da Lei n. 9.656/98. Sustenta que, preenchidos os requisitos da lei, deve ser mantido o plano de saúde, assumindo o ex-empregado o valor integral da mensalidade, que deve ser apurado, e não determinado ao bel prazer da recorrida, sob pena de esvaziamento da norma, trazendo os seguintes argumentos:

A lei 9656/98 assegura ao ex-empregado que contribuiu para o plano de saúde empresarial e foi demitido sem justa causa a possibilidade de continuar como beneficiário no plano médico nas mesmas condições e mesma cobertura assistencial de quando laborava na empresa.

[...]

Diante de tal dispositivo a recorrida ofereceu o plano de saúde ao Recorrente, entretanto, sem informar o valor do subsídio para somar com a cota parte do ex-empregado, para então compor o valor integral da

mensalidade, o que justificou a presente demanda para a manutenção e apuração dos valores do plano de saúde, conforme determinação do artigo 31 da lei n. 9.656/98.

Ocorre que mesmo com a alteração do plano de saúde permanece a obrigação da ex-empregadora de garantir o oferecimento deste nas mesmas condições da época de labor, já que agora é detentora da apólice da Mediservice/Bradesco, bem como permanece a incógnita quanto ao valor integral da mensalidade, pois para assumir o valor integral da mensalidade, deve ser conhecido o subsídio da ex- empregadora, o que de fato ainda não aconteceu.

Com a redação do artigo 31 da lei 9656/98, o legislador buscou proteger os demitidos e aposentados perante a dificuldade de contratação de novo plano de saúde em razão da faixa etária, valores da mensalidade e eventuais doenças preexistentes.

Esse argumento se extrai dos requisitos para se manter o plano de saúde presentes no artigo 31 da lei em comento, pois consistem em: contribuição por período superior a 10 (dez) anos para o plano de saúde, adquirido em função do vínculo empregatício; aposentadoria; demissão sem justa causa e disponibilidade em pagar o valor integral da contribuição (quota parte empregado e empregador somadas).

Ora, o recorrente preenche todos os requisitos da norma não podendo a recorrida modificar o contrato de plano de saúde ao seu bel prazer com base em resolução administrativa, pois há a subsunção do fato à norma, devendo **OBRIGATORIAMENTE SER APLICADO O DISPOSITIVO**, ou seja, deve ser reconhecido a manutenção do plano de saúde, arcando o recorrente com o valor integral da mensalidade composto pela soma do que era descontado em seu holerite mais o subsídio da recorrida.

[...]

De qualquer ponto que se verifique o acórdão, este não merece prosperar no ponto em que determina que o recorrente deve se adequar ao novo contrato sem qualquer ressalva, pois só pode ser dada uma interpretação ao artigo 31 da lei nº 9.656/98: preenchidos os requisitos da lei, deve ser mantido o plano de saúde, assumindo o ex-empregado o valor integral da mensalidade e este deve ser apurado e não determinado ao bel prazer da recorrida, sob pena de esvaziamento da norma.

Certo que mesmo com a alteração do plano de saúde a parte do artigo 31 da lei nº. 9.656/98 que determina o pagamento integral da mensalidade está sendo contrariado, vez que o valor integral é composto pela soma do que contribuía o ex- empregado mais o subsídio da ex-empregadora, assim independente do plano de saúde ativo, a ex-empregadora deve informar seu subsídio, a fim de obter-se a devida apuração dos valores da mensalidade do plano de saúde, a ser arcado pelo Recorrente, pois não pode este ser prejudicado quanto ao exercício do seu direito.

Após cumprir requisitos tão difíceis de serem alcançados, depois de 24 (vinte e quatro) anos no mesmo plano de saúde, não é justo que se autorize que a ex- empregadora ao contratar outro plano de saúde, estabeleça que o valor da mensalidade pode ser cobrado como oferecido no mercado, alterando o contrato de plano de saúde a fim de cobrar mensalidade mais onerosa do ex-empregado, tendo em vista que sequer é considerado sua contribuição e

efetivo gasto da empresa, colocando o ex- empregado em condição mais onerosa.

A Recorrida em janeiro de 2016 junto com o sindicato resolveu transferir a carteira dos empregados para o plano de saúde Bradesco/Mediservice. Assim aduziu o Relator em seu voto, que não há mais o que impor a ex-empregadora, posto que não é mais gestora do plano de saúde. Ocorre que o valor é apurado com a soma das cotas partes e que este deve ser esclarecido, para que não haja estipulação dos valores das mensalidades ao bel prazer da Recorrida, ferindo assim gravemente o direito do Recorrente.

O entendimento do acórdão não deve ser mantido, pois até o momento não se sabe qual é efetivamente o valor Integral da mensalidade, considerando sua contribuição e subsidio da ex-empregadora e agora terá que ficar em um plano de saúde em que a mensalidade NOVAMENTE será apurada ao bel prazer da empregadora e da seguradora do plano de saúde, sem observância do artigo 31 da lei nº9.656/98.

Certo que mesmo não sendo gestora do plano oferecido aos empregados, a apelada passou a ser detentora da apólice, determinando inclusão e exclusão dos empregados, devendo esclarecer independente do plano de saúde fornecido seu subsidio para composição do valor integral da mensalidade para que o Recorrente possa assumir.

Logo, INDEPENDENTE DO PLANO DE SAÚDE que o Recorrente for incluído o valor integral da mensalidade deve ser apurado, pois corresponde a soma da contribuição do ex-empregado e efetivo subsidio da ex-empregadora, assim, como determina o artigo 31 da Lei 9.656/98, que diante do preenchimento dos requisitos é garantida a manutenção do plano de saúde nas mesmas condições da época de labor, desde que o ex-empregado arque com o valor integral da mensalidade, sendo este entendido como a somatória da contribuição do ex-empregado com o subsidio da ex-empregadora, pois se quando ativo a obrigação era dividida nessa proporção, após a dispensa sem justa causa, resta à soma das cotas.

Desta maneira, notório a afronta ao artigo 31 da lei nº. 9.656/98, vez que independente do plano de saúde que os empregados e ex-empregados da recorrida forem inclusos, a mensalidade só pode ser composta de uma maneira, através da soma das cotas partes, sendo incorreto o entendimento de que o recorrente deve se adequar sem qualquer questionamento, sob pena se afastar a finalidade da lei que é de garantir a continuidade do contrato de plano com condições razoáveis para utilização e pagamento (843/846).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *c* do permissivo constitucional, alega violação do art. 31 da Lei n. 9656/98. Trouxe os seguintes precedentes para amparar sua tese: TJ-MC - AC: 10024089726467002 MG, Relator: Pedro Bernardes, Data de Julgamento: 02/04/2013, Câmaras Cíveis / 9a CAMARA CÍVEL, Data de Publicação: 08/04/2013 (fls. 847); TJ-RS - AC: 70058987074 RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 30/04/2014, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação:

Diário da Justiça do dia 06/05/2014 (fls. 850).

É o relatório. Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido decidiu nos seguintes termos:

O recurso não merece provimento.

A r. sentença agiu corretamente porque a ação voltada contra a Volkswagen, em virtude de então possuir plano de autogestão para seus funcionários, perdeu seu objeto com a sua extinção, tornando impossível o prosseguimento para que nele se encontrasse o valor da mensalidade que deveria pagar o autor apelante.

O encerramento do plano de autogestão mantido pela executada Volkswagen deixou sem objeto a execução, sob pena de indevida obrigação para que mantivesse unicamente o autor exequente com a mensalidade que se viesse a apurar. O plano não existe mais por sua extinção que contou com a anuência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, tendo sido substituído por outro para todos os funcionários ativos e inativos que migraram para a Bradesco Mediservice.

Não houve ilegalidade no encerramento do antigo plano de autogestão da Volkswagen, que foi acompanhado do sindicato que defende os interesses da categoria a que pertencem os funcionários, cumprindo ao autor a migração para o novo plano contratado para todos os funcionários ativos e inativos.

Isso, à evidência, como bem salientado pelo digno Magistrado sentenciante, prejudica a continuidade da execução. Se se cuidasse de mudança da carteira de uma para outra operadora de plano de saúde ainda se poderia discutir o prosseguimento, mas por se tratar de plano de autogestão encerrado não há como insistir na execução. Nem se pode, nessas condições fáticas, considerar que a extinção da execução afronta a coisa julgada. [...]

[...]

E mais não é preciso afirmar para a integral confirmação da r. decisão agravada, inclusive pelos seus próprios, jurídicos e acertados fundamentos.

Pelo exposto é que se nega provimento ao recurso (fls. 823/825).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do

apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

